



Assembleia Municipal de Tomar

**ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2021**

--- Aos três dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal no Auditório da Biblioteca Municipal António Cartaxo da Fonseca, pelas quinze horas, sob a presidência do senhor presidente da Assembleia Municipal José Manuel Fortunato Pereira, secretariada pelos senhores secretários Maria de Fátima Rodrigues da Costa Graça Duarte e António Eduardo Gonçalves Costa Marques e, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Intervenção do Público de acordo com o nº 4, do Artº 38º, do Regimento da Assembleia Municipal, respeitando as medidas recomendadas pela DGS, no âmbito da COVID-19 (com limite máximo de presenças de 11 munícipes). **PAOD; Ponto Um** – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 10.05.2021, sobre a **“Transmissão de propriedade dos terrenos onde se encontra implantada a unidade de Tomar do Centro Hospitalar do Médio Tejo”**, com o texto aprovado em reunião da Comissão de Saúde de 26/07/2021, ao abrigo da alínea i), do nº 1, do artigo 25º, do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4, do artigo 35º, do Regimento da A.M.)**; **Ponto Dois** - Tomar conhecimento - Deliberação de Câmara, tomada em 05.04.2021, sobre a **“Alteração ao estudo de viabilidade económico-financeira da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, SA. – comunicação do Tribunal de Contas”**, ao abrigo da alínea a), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **Ponto Três** - Tomar conhecimento - Deliberação de Câmara, tomada, em 17.07.2021, sobre o **“Relatório de Atividades e Contas de 2020, da Escola Profissional de Tomar”**, ao abrigo da alínea a), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **Ponto Quatro** - **“Apreciação da Informação Escrita a apresentar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar”**, ao abrigo da alínea c), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **Ponto Cinco** - **“Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia”**, ao abrigo da alínea k), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. **O Ponto 4 e o Ponto 5 terão discussão conjunta (Grelha C de Tempos a que se refere o número 4 artigo 35º do Regimento da A.M.)**. -----

--- Foi enviado ao senhor presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do senhor deputado municipal António Rodrigues da Costa Graça, presidente da Junta de Freguesia da Sabacheira, do seguinte teor: *“Vimos por este meio solicitar a substituição do Presidente António Rodrigues da Costa Graça, pelo tesoureiro, Fernando da Costa Graça, a representar a Freguesia da Sabacheira em seu lugar, na 4ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a realizar dia 3 de setembro (sexta-feira), pelas 15h00, no Auditório da Biblioteca Municipal António Cartaxo da Fonseca. Com os melhores cumprimentos, O Presidente da Junta, António Rodrigues da Costa Graça”*. -----

--- Na sequência deste pedido foi substituído pelo tesoureiro da Junta, senhor deputado municipal Fernando da Costa Graça, cuja posse já lhe tinha sido dado em sessão anterior da Assembleia.

--- Foi enviado ao senhor presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do senhor deputado municipal Carlos Manuel da Graça Simões Rodrigues, presidente da Junta de Freguesia da Asseiceira, do seguinte teor: *“Serve o presente para informar que estarei ausente para férias na data e hora referidos na convocatória enviada, motivo pelo qual solicito a V.Exa. a substituição pela secretária da Junta de Freguesia, Gilda Gândara. Com os melhores cumprimentos, Carlos Rodrigues”*. -----

Na sequência deste pedido de substituição, tomou posse a deputada municipal Gilda da Silva Oliveira Gândara, secretária da Junta de Freguesia, portadora do cartão de cidadão nº 06228524.

--- Foi enviado ao senhor presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do senhor deputado municipal Rui Samuel Martins de Alferes Gomes, do seguinte teor: *“Serve o presente e-mail para comunicar que não poderei comparecer à 4ª Sessão Ordinária da A.M.T., a realizar dia 03 de setembro, pelas 15h00, por motivos profissionais, solicito assim desta forma que me façam substituir. O meu muito obrigado. Com os melhores Cumprimentos, Rui Samuel Gomes”*.

--- Na sequência deste pedido foi substituído pelo deputado municipal Helder Manuel Neves Marques santos, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----



--- Foi enviado ao senhor presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição da senhora deputada municipal Maria Fernanda do Pranto Correia, do seguinte teor: *"Venho por este meio informar V.ª Exa. que por motivos pessoais não posso estar presente na próxima reunião da Assembleia pelo que solicito a minha substituição. Com os melhores cumprimentos, Maria Fernanda do Pranto Correia"*. -----

--- Na sequência deste pedido foi convocado o deputado municipal António Pedro dos Santos Bonet da Graça Vieira, do qual foi recebido o pedido de substituição do seguinte teor: *"Relativamente ao assunto referenciado e por motivos profissionais, não poderei estar presente na sessão de dia 03.09.2021. Obrigado. Com os melhores cumprimentos e disponibilidade, António Bonet Vieira"*. -----

--- Na sequência deste pedido foi substituído pela deputada municipal Maria Manuela Gomes Fernandes da Cunha Norte, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao senhor presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do senhor deputado municipal António Manuel Baptista Gonçalves Jorge, do seguinte teor: *"António Manuel Baptista Gonçalves Jorge, deputado municipal eleito nas listas do PSD, vem comunicar a V.Ex.ª que por motivos profissionais, não pode comparecer na 4ª sessão ordinária dia 3 de Setembro de 2021. Assim sendo, solicita, nos termos da Lei, a sua substituição para essa reunião, pelo elemento seguinte da lista, devendo o mesmo ser assim notificado para o efeito. Com os melhores cumprimentos, António M. Jorge"*. -----

--- Na sequência deste pedido foi convocado o deputado municipal Pedro Miguel dos Santos Lopes Pereira, do qual foi recebido o pedido de substituição do seguinte teor: *"Por motivos profissionais, não poderei estar presente na Assembleia do próximo dia 3 de setembro de 2021. Cumprimentos, Pedro Pereira"*. -----

--- Na sequência deste pedido foi substituído pela deputada municipal Zélia de Jesus Pereira Alves, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia, -----

--- Foi enviado ao senhor presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do senhor deputado municipal Paulo Jorge da Encarnação Silva Bacelar de Macedo, do seguinte teor: *"O Deputado Municipal da CDU, Paulo Jorge da Encarnação Silva Bacelar de Macedo, ao abrigo do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Tomar, não pode comparecer por motivos pessoais, na próxima 4ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tomar a realizar no próximo dia 3 de setembro, pelas 15h:00, no Auditório da Biblioteca Municipal, António Cartaxo da Fonseca. Solicita que seja substituído pela cidadã imediatamente a seguir na lista da CDU pela qual concorreu Laura da Silva Oliveira Santos Rocha. -----*

*O Deputado António José de Carvalho Silva será o líder da bancada da CDU, nesta sessão ordinária. O Deputado Municipal da CDU, Paulo Jorge da Encarnação Silva Bacelar de Macedo"*

--- Na sequência deste pedido foi substituído pela deputada municipal Laura da Silva Oliveira Santos Rocha, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao senhor presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do senhor deputado municipal Vasco Miguel dos Reis Marques, do seguinte teor: *"Por estar ausente de Tomar na data da realização da próxima sessão da Assembleia Municipal, informo que estarei ausente e solicito a minha substituição. Grato e Atentamente, Vasco Marques"*. -----

--- Na sequência deste pedido, foi convocado o deputado municipal José Manuel Pereira Ferreira Neto, do qual foi recebido o pedido de substituição do seguinte teor: *"por me encontrara ausente de Tomar, não me é possível estar presente. O deputado municipal, José Neto"*. -----

--- Na sequência deste pedido, foi convocada a deputada municipal Maria Celeste de Jesus Nunes, do qual foi recebido o pedido de substituição do seguinte teor: *"Informo e tal como dialogado com o exmo. Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José Pereira, por motivos profissionais não poderei estar presente. Apresento desde já as minhas desculpas. Com os mais respeitosos cumprimentos, Maria Celeste de Jesus Nunes"*. -----

--- Na sequência deste pedido foi substituída pela deputada municipal Carolina da Silva Feliz, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

-- Foi enviado ao senhor presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do senhor deputado municipal Alexandre Gabriel Mateus Horta, presidente da União de Freguesias de Além da Ribeira e Pedreira, do seguinte teor: *"Para conhecimento e devidos efeitos, cumpre-me informar V. Exa., de que não poderei estar presente na 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia*



Assembleia Municipal de Tomar

Municipal de Tomar, marcada para o próximo dia 03 de setembro, pelas 15h00, por motivo de natureza profissional. -----

Mais informo que, nos termos da alínea c) do artigo 18.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, estarei representado, na referida Sessão, pelo tesoureiro desta Junta de Freguesia, Basílio Miguel da Conceição Pereira. -----

Com os meus cumprimentos, O Presidente da Junta de Freguesia, Alexandre Gabriel Mateus Horta". -----

--- Na sequência deste pedido foi substituído pelo tesoureiro da Junta, senhor deputado municipal Basílio Miguel da Conceição Pereira, cuja posse já lhe tinha sido dado em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Estiveram presentes nesta sessão, para além da Mesa da Assembleia, os senhores deputados municipais: João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro; Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa; Ricardo Manuel dos Santos Costa; Maria Manuela Gomes Fernandes da Cunha Norte; João Manuel Pimenta Henriques Simões; Luis António Antunes Francisco; Laura da Silva Oliveira Santos Rocha; José Pedro Gomes Correia de Vasconcelos; Maria da Luz Alves Lopes; Casimiro Mateus Fernandes Serra; Susana Alexandra Ferreira Faria; Carla Maria Freitas Santos Joaquin; Carolina da Silva Feliz; Hélder Manuel Neves Marques Santos; Nuno Miguel da Silva Ferreira; Sílvia Paula Rosa da Silva; Zélia de Jesus Pereira Alves; António José de Carvalho Silva; Gilda da Silva Oliveira Gândara; Maria José de Jesus Barbosa Serra; Jorge Filipe Martinho Rosa; Amâncio Sequeira Ribeiro; Maria de Lurdes Ferromau Fernandes; Fernando da Costa Graça; Basílio Miguel da Conceição Pereira; João Luis Cardoso Alves; Arlindo da Conceição Costa Nunes; Américo da Conceição Pereira; e Augusto Manuel Barros Alves. -----

--- Estiveram presentes, em representação da Câmara, a senhora Presidente, Anabela Gaspar de Freitas; o senhor vice-presidente da Câmara, Hugo Renato Ferreira Cristóvão; o senhor vereador, José Manuel Mendes Delgado; a senhora vereadora, Célia Maria Nunes Azevedo Bonet; a senhora vereadora, Filipa Alexandra Ferreira Fernandes; senhor vereador, Luis Manuel Monteiro Ramos e o senhor vereador Hélder Duarte Henriques. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para Intervenção do Público de acordo com o nº 4, do Artº 38º, do Regimento da Assembleia Municipal. -----

--- Não havendo inscrições, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à aprovação a Ata da 2ª Sessão Ordinária, realizada a trinta de abril de dois mil e vinte e um, de acordo com o nº 3, do Artigo 34º, do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro (Código do Procedimento Administrativo), abandonando a sala todos os senhores deputados municipais que não estiveram presentes na sessão a que ata diz respeito, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes vinte e seis senhores deputados municipais, em situação de poderem votar. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à aprovação a Ata da 3ª Sessão Ordinária, realizada a trinta de junho de dois mil e vinte e um, de acordo com o nº 3, do Artigo 34º, do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro (Código do Procedimento Administrativo), abandonando a sala todos os senhores deputados municipais que não estiveram presentes na sessão a que ata diz respeito, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes vinte e cinco senhores deputados municipais, em situação de poderem votar. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, na última Conferência de Líderes, foi solicitado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, a inclusão na Ordem de Trabalhos, da presente sessão, dos processos, caso aprovados na reunião de Câmara, a realizar em data posterior à data da convocatória, sobre a "Aquisição de mini-autocarros elétricos para os Transportes Urbanos de Tomar – Assunção de compromissos plurianuais" e a "Alteração do Plano de Pormenor das Avessadas – Prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas". -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a inclusão dos referidos pontos na ordem de trabalhos, para discussão e votação, com a Grelha A de Tempos, tendo sido aprovada a sua inclusão, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e um senhores deputados municipais, passando a ser o **Ponto Dois e Três** da Ordem de Trabalhos. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, de acordo com o deliberado, a ordem de trabalhos a partir do ponto um, passará a ser a seguinte: **Ponto Dois – ADENDA -** Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em reunião de 30.08.2021, sobre a "Aquisição de mini-autocarros elétricos para os Transportes Urbanos de Tomar –



Assembleia Municipal de Tomar

**Assunção de compromissos plurianuais**", autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais nos termos propostos, ao abrigo da alínea c), do nº 1, do artº 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação; **Ponto Três – ADENDA** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em reunião de 05.07.2021, sobre a **"Alteração do plano de Pormenor das Avesadas – Prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas"**, ao abrigo das alíneas h) e r, do nº 1, do artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **Ponto Quatro** - Tomar conhecimento – Deliberação de Câmara tomada em reunião de 26/04/2021, sobre o **"Estudo de viabilidade económica e financeira atualizado da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. – comunicação ao tribunal de Contas"**, ao abrigo da alínea a), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **Ponto Cinco** - Tomar conhecimento – Deliberação de Câmara tomada em reunião de 19/07/2021, sobre o **"Relatório de Atividades e Contas de 2020 da Escola Profissional de Tomar"**, ao abrigo da alínea a), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **Ponto Seis "Apreciação da Informação Escrita a apresentar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar"**, ao abrigo da alínea c), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **Ponto Sete - "Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia"**, ao abrigo da alínea k), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. O Ponto 6 e o Ponto 7 terão discussão conjunta (**Grelha C de Tempos a que se refere o número 4 artigo 35º do Regimento da A.M.**).

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **Período de Antes da Ordem do Dia**, tendo feito uma intervenção do seguinte teor: *"Ilustres amigos deputados municipais, peço desculpa pela minha pequena intervenção, mas prometo ser muito rápido. ----- Como já devem estar a pensar, certamente, não podia deixar passar este momento, que será o último, a que terei o gosto de presidir à sessão da Assembleia Municipal de Tomar, de dirigir umas palavras a todos vós, aqui presentes, mas também aos ausentes que, por motivos justificados não estão connosco hoje. -----*

*Começo por agradecer ao Executivo, aqui presente, na pessoa da senhora presidente da Câmara Municipal, Dra. Ababela Freitas, a forma cordial como decorreu o mandato, que agora termina, para com este órgão deliberativo. Aproveito para fazer votos das maiores felicidades para o futuro. -----*

*Agradeço toda a colaboração dos senhores deputados municipais, que prestaram, não só a mim, como à Mesa da Assembleia, lembrando o ambiente que se pautou neste órgão deliberativo, com um elevado grau de civismo, educação, bom senso e sensibilidade, respeitando os valores democráticos e de liberdade, que gostaria de ver continuidade nos futuros deputados municipais, eleitos no próximo dia 26. -----*

*À senhora secretária e ao senhor secretário da Mesa da Assembleia, a minha gratidão, por todo o apoio que me deram. -----*

*Àquele que me possa vir a substituir, e a estar na sala, desejo que o faça com respeito e entrega, defendendo acima de tudo, os interesses dos Tomarenses e do concelho Tomar. -----*

*Quero também agradecer o empenho e a colaboração dos órgãos de comunicação social. -----*

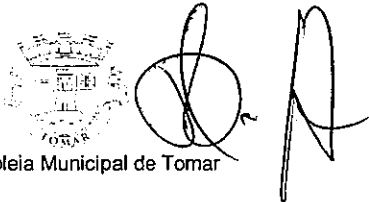
*E, como os últimos são os primeiros, aproveito para agradecer a colaboração e lealdade para comigo, do secretário da Assembleia Municipal, João Victal. -----*

*Um Bem-Haja a todos e, muito obrigado pela estima, amizade e consideração, que tiveram para comigo, pedindo desculpa por algum mal-entendido que tivesse existido entre nós. -----*

*Votos de felicidades pessoais". -----*

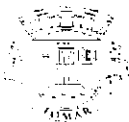
--- De seguida abriu inscrições para o uso da palavra, verificando-se as seguintes intervenções:

--- António José de Carvalho Silva, da Coligação Democrática Unitária, fez uma intervenção do seguinte teor: *"A intervenção da CDU neste PAOD, a última deste mandato, vai debruçar-se novamente sobre a empresa Tejo Ambiente, lembrando que sobre este assunto há quem pretenda que fique no esquecimento ou que não seja mencionado. A segunda sessão ordinária deste ano, de 30 de abril de 2021, a CDU na sua intervenção no ponto da Prestação de Contas da Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal, SA, referente ao ano 2020, realização de transferência financeira para o equilíbrio de contas, utilizando a informação interna do responsável da divisão financeira do Município de Tomar, sobre o Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2020 e Parecer do Fiscal único da Tejo Ambiente, convidou todos os deputados municipais e órgãos de informação a lerem com muita atenção este documento de 4 páginas, porque nele é efetuada uma análise do Relatório de Contas da Tejo Ambiente, e o impacto nas contas do Município, ano 2020, ou seja, fim do primeiro ano de mandato. Relembramos ainda que esta informação interna da divisão financeira do Município de Tomar*



Assembleia Municipal de Tomar

abordava o impacto nas contas do Município de Tomar, pelo facto de se estar a transferir 812.953,37€ para a Tejo Ambiente. Convém recordar que os desvios foram de 380%, em relação ao previsto. Ou seja, havia uma previsão de setecentos e tal mil euros de resultados positivos e afinal foram dois milhões, duzentos e oitenta mil euros, de resultados negativos, o que na prática deu os tais dois milhões e novecentos mil euros. Perante a situação grave da empresa Tejo Ambiente a 24 de maio de 2021 a CDU fez uma proposta de inclusão de um ponto "Avaliação de mercado da atual situação da empresa Tejo Ambiente", e solicitou-se um conjunto de informações para se poder debater este ponto. Desse conjunto de informações solicitadas, a última era sobre o novo estudo de viabilidade económica e financeira da empresa Tejo Ambiente, já em atividade, o que necessita de avaliar a pertinência de projetos de investimento a realizar e quais os seus impactos na empresa. Efetivamente na 3ª Sessão Ordinária, da Assembleia Municipal de 30/06/2021, foi incluído o ponto solicitado pela CDU, ou seja, o seu nono ponto, com a seguinte formulação: "Informação económico-financeira da Tejo Ambiente, Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, SA., referente ao ano de 2021". O principal documento apresentado aos deputados, para discussão deste ponto foi o Relatório de Gestão da Tejo Ambiente referente ao 1º trimestre – janeiro / março de 2021. Neste relatório pode ler-se logo na página 3, 2º parágrafo e, passo a citar «Objetivamente o 1º trimestre de 2021, revela a tendência negativa dos resultados, já com mo impacto da atividade dos seis municípios». Ainda nesta página 3, aponta-se, ainda que de forma resumida, um conjunto de dados sobre a situação económico e financeira da empresa, dos quais destacamos, dados já de si preocupantes, mas expetáveis para a CDU. Resumidamente a situação económica e financeira da empresa Tejo Ambiente, em 31 de março de 2021, espelha a seguinte posição: Resultados líquidos negativos 642.478,14 €; Volume de negócios, faturação inferior em 13%, face aos duodécimos previstos no orçamento para 2021, representando aproximadamente 499 mil euros. Gastos globais inferiores ao orçamento, na ordem dos 6%, representando aproximadamente 250 mil euros. Gastos co pessoal, reduziram na ordem de 8%, representando menos 53 mil euros. Gastos com entidades em alta, com tendência de redução, face ao orçamento previsto, na ordem dos 11%, representando 200 mil euros. Dívidas a fornecedoras, em conta corrente, ascende a 6 milhões de euros. Totalização de empréstimos de curto prazo, em conta corrente, no montante global de 3,2 milhões de euros. Valores em dívida, a receber de clientes, no montante de 1 milhão e 620 mil euros. Perda de receita, pela atualização de tarifário 2021, com efeitos a março, em cerca de 53 mil euros. Relativamente aos indicadores de atividade, no período de 1 de janeiro a 31 de março de 2021, é importante identificar que, a água faturada representa 48% da água entrada no sistema, água aduzida pelas entidades em alta, e estimativa de volume da água captada, 52% da água entrada no sistema é água não faturada. Ainda na página 4 do relatório, também se pode ler logo no primeiro parágrafo, e passo a citar: «Considerando que a faturação aumentará significativamente, nos meses de julho a setembro, será possível recuperar tendencialmente os resultados, perspetivando-se um resultado líquido negativo, a 31/12, próximo do 1 milhão e 950 mil euros, sem impacto dos impostos deferidos acima do previsto no orçamento para 2021, cujo valor foi fixado em 1 milhão, 550 mil euros. Estamos já no terceiro trimestre de julho, agosto e setembro, perante a situação complicada da empresa Tejo Ambiente, e porque temos aqui na nossa presença a presidente do Conselho de Administração, representado por Anabela Gaspar de Freitas, do Município de Tomar, mesmo sabendo que não pode agora responder neste PAOD, gostaríamos de obter de viva voz, qual é a situação atual da empresa Tejo Ambiente, se já existe novo estudo de viabilidade económica. A segunda questão que queremos colocar, é sobre a moção aprovada, por unanimidade, para a realização de uma auditoria externa, por empresa credenciada para o efeito, no sentido de apurar o que realmente falhou, em que pé se encontra, ou seja, já foi encomendada e qual o ponto da situação. E porque a Tejo Ambiente nos diz respeito, relembramos a história da instalação da ETAR de Ourém, na freguesia da Sabacheira, assumiram um compromisso de construir uma rede saneamento nessa freguesia. A freguesia da Sabacheira acabou por ficar com a poluição, que não tinha, e ainda não construíram a rede de saneamento que prometeram. Também não nos esquecemos quem foi o responsável por permitir que a construção da ETAR - PSD/PPD, como também não nos esquecemos de quem foram os responsáveis políticos que se seguiram, que nada fizeram, PS. Agora que é afirmado pelo Governo e pelas Câmaras de Tomar e de Ourém que se vão investir milhões de euros no saneamento no concelho de Ourém e nas ETAR's, para despoluir o Rio Nabão, a CDU vai exigir que se cumpram os acordos feitos para a instalação da ETAR da freguesia da Sabacheira e que a rede de saneamento dessa freguesia seja incluída nestes investimentos. Ainda relacionado



Assembleia Municipal de Tomar

*com a Tejo Ambiente, não poderemos deixar de lamentar as constantes interrupções de água, ou seja, a falta de água em várias freguesias de Tomar, nomeadamente em Casais, S. Pedro de Tomar, Serra e Junceira, precisamente durante o período de fim de semana, no verão. A terceira, e última questão, é qual a posição da senhora presidente da Câmara, sobre estes cortes, e o que está previsto ser feito para evitar a situação, não só desagradável mas extremamente lamentável. Para concluir, a CDU afirma que a Tejo Ambiente está num caminho muito errado, mas ainda há quem pense que está no caminho certo.* -----

--- Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes por Tomar, começou por agradecer o papel excelente desempenhado pelo atual presidente da Mesa da Assembleia Municipal e demais elementos que compõem a Mesa, em que dois deles não irão fazer parte do próximo mandato, mas é importante que não se esqueçam do papel que desempenharam. Afirmou também, ser natural que, em muitos casos, tenham falhado, no entanto perguntou quem nunca falhou e por vezes o calor político, cria adversidades, que nem sempre quem tem de decidir, o faça da melhor maneira, porque são humanos, filhos do povo, por isso em nome do Movimento de Cidadãos Independentes do Nordeste, agradece pelo excelente trabalho desempenhado pela Mesa neste mandato. Dirigiu também uma palavra especial ao Executivo e, particularmente à sua presidente, como mola real deste executivo. Sublinhou que a presidente, independentemente das opções serem boas ou más, foi sempre o rosto para aquilo que foi o bom e o mau. Teve sempre uma capacidade enorme de resposta, uma resiliência extraordinária, falhou, é certo, assim como o Executivo, mas disse continuar na mesma linha do que disse anteriormente, quem nunca falhou. Disse que Tomar necessita de um Executivo forte, determinado, que consiga impor um desenvolvimento do concelho que, cada vez mais se encontra carenciado dessa vertente. Afirmou que há dias, alguém lhe disse que 30% das empresas sediadas no parque empresarial de Torres Novas, poderiam estar sediadas em Tomar, e isso não aconteceu por inoperância e insuficiente competência dos vários Executivos Municipais. Sugeriu que se olhasse para a vizinha Barquinha, e o que está ali a acontecer e, com o devido respeito por todos, a Barquinha ao pé de Tomar, não tem comparação possível. Sublinhou que é preciso mudar de rumo, ser mais determinante, mais competente, mais agressivo e mais tomarense e, se assim acontecer, poderemos contar com Tomar diferente e mais desenvolvido, e é nisso que devem estar empenhados. Agradeceu os minutos cedidos pela bancada do PS e do PSD, sendo importante de assinalar, porque democraticamente é uma forma como as coisas devem funcionar. Disse lamentar que muitos presidentes de junta não tenham comparecido a estas reuniões magnas do concelho, porque o presidente de junta está por inerência de funções, sendo normal não estar uma outra vez, sistematicamente já não o é, e quando se ouvem na comunicação social, parecem os donos da verdade e, disse sentir constrangido, ao verificar que todas as freguesias do concelho estão extremamente desenvolvidas, comparativamente à União de Freguesias de Serra e Junceira, e alguns desses presidentes, não têm posto os pé nas sessões da Assembleia. Relativamente ao papel da oposição referiu que, enquanto a Câmara foi PSD, o PS não fez outra coisa senão finca-pé aos orçamentos participativos, aos orçamentos participativos jovens e outros. Oito anos de mandato PS, os orçamentos participativos, pese embora o fato de não por em causa a quem por eles foram contemplados, foram uma vergonha, mal dimensionados, mal organizados, mal regulamentados, ao ponto de serem votados a nível nacional, sendo um caso único no país, e pior, quando foram balizados em cem mil euros, e muitos deles, já triplicaram ou quadruplicaram. Questionou o que fez o PSD, na oposição, durante estes oito anos, afirmando que foram massacrados pela oposição PS e depois na posição do PS, pura e simplesmente, meteram a cabeça debaixo da areia. Disse que, o conjunto de irregularidades por trás dos orçamentos participativos, deveriam merecer uma reflexão e, acabaram por merecer, porque o Executivo e o PS, entendeu por bem acabar com os referidos orçamentos, isto depois de tantos anos a batalhar por eles e depois, acabar com eles. Afirmou que, no próximo mandato, situações destas não voltem a acontecer, porque tem de haver coerência política, porque os tomarense merecem. Uma oposição frouxa não beneficia ninguém. Disse estar convencido que o próximo quadro político, poderá sofrer algumas alterações e disse esperar que, essas alterações, resultem numa posição diferente das duas partes e de forma responsável. Afirmou também que o PDM é uma matéria que tem feito parte da agenda política do concelho e a revisão é uma coisa importante, e o processo encontra-se concluído. Disse não ter dúvida que este PDM e a revisão que existe, não está de acordo com aquilo que pensa o Executivo Municipal, o PS, o PSD e as restantes



Assembleia Municipal de Tomar

forças políticas do concelho e os cidadãos. As expetativas foram elevadas, e acabou-se por morrer na praia, porque fica aquém dessas expetativas. Questionou, o que se vai fazer, crucificar o grande responsável por este desastre, um senhor chamado Ferreira Antunes, *expert* nesta matéria, quando a responsabilidade é bipartida, do PSD e do PS. O PSD porque o contratou, e o PS porque não teve coragem de o ter dispensado, sendo certo que custaria dinheiro, mas por vezes é preferível pagar, do que ter de engolir aquilo que é imposto. Porque o prof. Ferreira Antunes, não conhecendo o concelho, é arrogante, prepotente e até ditador, porque nunca teve a coragem de ter uma reunião com os presidentes de Junta, para os ouvir, mas tão só para debitar aquilo que tinha em mente, e nunca aceitou qualquer sugestão que fosse apresentada. E neste final de mandato, não havendo unanimidade entre os líderes dos grupos municipais, no sentido de ser presente antes do seu final, e ainda bem, porque o será numa das sessões do próximo mandato, tendo perguntado se, deverá ou não ser aprovado o PDM, e que terá de ser resolvido por todos da Assembleia. Lembrou, no entanto, a política do mal menor, que todos já ouviram falar, e solicitou que reflitam nas consequências e na orientação do voto e ter por princípio o interesse de Tomar. Sobre a grelha de tempos e, quatro anos depois, o Movimento de Cidadãos Independentes do Nordeste, continua como não inscrito, sugerindo que se altere no próximo mandato a denominação, porque são coisas diferentes. Sobre a falta de água, afirmou que a Tejo Ambiente, tem falhado, este problema tem sido debatido e, futuramente, terá de o ser com mais vigor e maior determinação, sublinhando que as faltas de água na Serre e S. Pedro, foram em consequência de uma avaria, que não são previsíveis, e pelo que se tem de separar as águas. Salientou que a Tejo Ambiente não funciona bem, mas o seu a seu dono. Por último agradeceu a todos os que o escutaram, porque o fez sempre para servir Tomar, e particularmente o nordeste, mas fundamentalmente Tomar, porque diz ser 100% tomarense. ---

--- Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa, do Partido Socialista, começou por sublinhar a forma como o senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao longo de oito anos, dirigiu estes trabalhos, tentou criar consensos e deu dignidade a este plenário. Cumprimentou todos os deputados municipais, pela forma como se fez o debate democrático, e em que várias vezes se conseguiu chegar a consensos. Dirigiu-se aos deputados municipais do Partido Socialista, que o acompanharam ao longo deste mandato, principalmente aqueles que, por diversas razões, não serão recandidatos, com uma palavra de reconhecimento pelo seu trabalho. Independentemente daquilo que se discutirá na próxima campanha, uma coisa é verdade, este mandato apanhou com uma pandemia, com a obrigação de fazer coisas que nunca tinham sido feitas e, esta Assembleia Municipal, é das poucas da região que é transmitida online, e é algo que deve ser sublinhado. Felicitou o presidente e a Mesa pela forma como dirigiu os trabalhos, num momento particularmente difícil, com alteração de procedimentos. Terminou desejando a todos as maiores felicidades e uma campanha eleitoral democrática. -----

--- Maria da Luz Alves Lopes, do Bloco de Esquerda, começou por dizer que este órgão devia ser o espelho da comunidade, onde se discutem e se informam os reais problemas das freguesias do concelho, porque deverá haver um trabalho de grande cidadania, que ainda não se conseguiu cobrir e, esse será o balanço mais negativo. Disse que gostaria de ver introduzido no regimento, que o partido deveria disponibilizar do seu tempo, para os seus eleitos, e a acontecer não estavam sempre muitos deles calados, porque existem alguns presidentes de Junta de que nunca ouviu nenhuma palavra. Solidariza-se com as intervenções anteriores, sublinhando o tempo que se está a passar, pelo qual nunca tinham passado, e a solidariedade manifestada uns com os outros, tentando ultrapassar uma situação difícil. Afirmou que, tem grandes dúvidas que nestes quatro anos, Tomar tivesse mudado para melhor. Não se tornou mais inclusivo, não se tornou mais solidário, não captou novos residentes, não se conseguiram mais empresas. Sublinhou que o Bloco de Esquerda, vai continuar a lutar por aquilo que é importante para a vida das pessoas, e entende que as novas eleições vão mudar pouco o cenário político. Afirmou que se está a deixar muito pouco de sentido de cidadania aos nossos jovens, a burocracia cada vez é maior. A nível da transparência sublinhou que o site tem de ser mais aberto, mais fácil de ver, havendo muito ainda a fazer pela participação. Terminou agradecendo a todos pela paciência que tiveram em a ouvir e afirmou continuar disponível para a luta. -----

--- João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata, começou por desejar felicidades ao presidente da Assembleia Municipal e à restante Mesa, e em nome do PSD manifestar o orgulho de ter trabalhado neste mandato, com pessoas que vão ensinando a gostarmos da nossa terra. Referiu uma palavra de apreço ao funcionário da Assembleia Municipal, João Victal, pelo que tem feito, dando o máximo por esta Casa, com as substituições



Assembleia Municipal de Tomar

em cima da hora, interrupção de férias, horário fora de expediente. Referiu ser a última intervenção neste mandato, e em relação ao deputado municipal Américo Pereira, referiu a forma injusta como se referiu à oposição e aproveitou para dar um cumprimento especial aos três vereadores do PSD, José Delgado, Luis Ramos e Célia Bonet, bem como ao Francisco Madureira, enquanto substituto na falta dos anteriores, que fizeram um trabalho meritório durante quatro anos na Câmara Municipal, sublinhando ser um trabalho difícil. Lembrou que também desempenhou esse cargo, durante quatro anos, sendo por vezes um trabalho ingrato. Por vezes a documentação é recebida com poucos dias de antecedência, existe muito trabalho, que por vezes não é reconhecido. Fazendo um breve balanço destes quatro anos, afirmou ter pena que no PAOD, não tenha sido incluído tempo para resposta da senhora presidente; diz que se deveria ter conseguido encontrar uma solução melhor para os deputados municipais, se poderem reunir, durante este tempo de pandemia; disse ter pena que a reorganização dos serviços do Centro Hospitalar do Médio Tejo e, nas várias moções apresentadas, não tenha havido resposta por parte do Executivo, no sentido de diligências concretas; diz ter pena do Regulamento da Publicidade, não tenha sido aprovado; diz ter pena que, sobre a moção da Carta Educativa, pouco ou nada se tenha feito; disse ter pena que em moção aprovada, por unanimidade, sobre o Rio Nabão, não se tenha sabido de nada em concreto, além de uma queixa para a APA; disse ter pena de não ter tido resposta, sobre uma moção aprovada, relativa à política de natalidade e infância; disse ter pena que não tenham tido resposta, sobre a moção apresentada relativa ao combate ao desperdício alimentar; sobre a moção relativa ao apoio à economia local, não houve resposta; sobre o Conselho Municipal do Ambiente, não se sabe das diligências efetuadas; referiu a modernização da linha do Norte e da sua inclusão no PRR, não se sabendo o que foi feito pela Câmara, assim como a inclusão da Base Aérea de Tancos no PRR e as diligências efetuadas; sobre a conclusão do IC3 e a sua inclusão no PRR ainda hoje se desconhece o que foi feito; a moção da auditoria às contas da Tejo Ambiente, nada se sabe; disse gostar de ver discutido na Assembleia, o projeto português ferroviário de alta velocidade; gostaria de ter visto aprovado o Plano Municipal de Turismo e um verdadeiro Plano de Desenvolvimento Económico do Concelho de Tomar. Terminou agradecendo a todos os deputados municipais presentes, aos do PSD, pedindo desculpa se durante o debate político ofendeu alguém, não sendo de forma alguma essa a intenção e desejou fundamentalmente saúde e as maiores felicidades a todos. ---

--- Jorge Filipe Martinho Rosa, presidente da Junta de Freguesia de Olalhas, começou por afirmar que será a sua última assembleia e agradeceu a ligação que teve com a senhora presidente e os senhores vereadores. No entanto, salientou que foi pena não ter havido entendimento sobre o pequeno troço, entre as Sesmarias e o Cardal, a estrada 1108, mas acredita que um dia há-de ser feita. Referiu uma situação ocorrida nesse dia, com um incêndio numa habitação, na freguesia, e cuja família necessita de todo o apoio. Felicitou todos os colegas deputados municipais que, ao longo destes anos, conviveu em boa camaradagem, sem razão de queixa, bem como aqueles que já saíram. Também saudou o funcionário e amigo João Victal, com quem trabalhou ao longo de anos, na Assembleia e nos Tabuleiros. Terminou afirmando ser um tomarense, que tudo o que fez foi, e que ainda fará, é pelo bem da população do concelho, tendo desejado as maiores felicidades para todos. -----

--- Entrando no **Ponto Um da Ordem de Trabalhos** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em reunião de 10.05.2021, sobre a **"Transmissão de propriedade dos terrenos onde se encontra implantada a unidade de Tomar, do Centro Hospitalar do Médio Tejo"**, com o texto aprovado em reunião da Comissão de Saúde de 26/07/2021, ao abrigo da alínea i), do nº 1, do artigo 25º, do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o senhor presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: António José de Carvalho Silva, da Coligação Democrática Unitária e da senhora presidente da Câmara Municipal. -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, da Deliberação com o referido texto, do seguinte teor: **"desde que esteja implantado nos terrenos uma unidade hospitalar de saúde pública, mantendo as valências existentes à altura da assinatura do contrato, ou no mínimo todas as valências que atualmente existem, revertendo para a posse do município caso tenha outro uso"**, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes vinte e nove senhores deputados municipais. -----





--- Entrando no **Ponto Dois da Ordem de Trabalhos – ADENDA** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em reunião de 30.08.2021, sobre a **“Aquisição de mini-autocarros elétricos para os Transportes Urbanos de Tomar – Assunção de compromissos plurianuais”**, autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais nos termos propostos, ao abrigo da alínea c), do nº 1, do artº 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, o senhor presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra. -----

--- Não havendo inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes vinte e nove senhores deputados municipais. -----

--- Entrando no **Ponto Três da Ordem de Trabalhos – ADENDA** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em reunião de 05.07.2021, sobre a **“Alteração do plano de Pormenor das Avenidas – Prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas”**, ao abrigo das alíneas h) e r, do nº 1, do artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o senhor presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado a intervenção do deputado municipal António Jose de Carvalho Silva, da Coligação Democrática Unitária. -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, com dezasseis votos a favor do Partido Socialista e do senhor deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste, dez votos contra do Partido Social Democrata e três abstenções da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda. -----

--- O Grupo Municipal do Partido Social Democrata apresentou uma declaração de voto, do seguinte teor: **“Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: Discussão e votação da Deliberação de Câmara sobre a “Alteração do Plano de Pormenor das Avenidas – Prorrogação do prazo de vigência das Medidas Preventivas”** -----

*Este processo tem tido um percurso atribulado, lembrando: -----*

*- O início da suspensão do plano é de 2017-----*

*O mesmo processo obteve parecer desfavorável da CCDRLVT, datado de 13 de Maio de 2019, com base no facto do procedimento em causa violar vários normativos do RJIGT. -----*

*Posteriormente, em Conferência Procedimental, de 14 de Maio de 2019, realizada com todas as entidades auscultadas, emitiu-se também parecer desfavorável, considerando-se que o assunto em questão, **não está em condições de prosseguir nos termos do RJIGT**. -----*

*Assim sendo, e, embora tenham sido adoptadas algumas medidas correctivas, as Medidas Preventivas que já passaram na Assembleia Municipal, contaram com parecer final negativo, o qual, quanto a nós, teria natureza vinculativa, nos termos previstos no Artº 85º do mesmo regime legal, -----*

*No qual se refere expressamente que, o parecer final da Comissão Consultiva, traduz uma decisão global, definitiva e vinculativa para toda a Administração Pública – Artº 85º do RJIGT. --*

***O PSD considerou:** -----*

*- A importância do Plano de Pormenor das Avenidas como um dos instrumentos mais relevantes para o desenvolvimento de Tomar, pois poderá potenciar o aumento do investimento, alertando-se para a necessária redefinição, clara e objetiva, do redimensionamento do novo espaço, uso e funções, integrando o já existente, fazendo cumprir todos os parâmetros em termos de qualidade, custos, prazos e em defesa da mobilidade e das questões ambientais. ----*

***O PSD alertou** -----*

*O Processo não iniciou bem, com andamentos lentos, com inclusão de novas áreas ao plano de alteração (em fevereiro de 2019), pouco depois de se ter iniciado a suspensão (que deveriam estar previstas inicialmente através de termos de referência objetivos e eficazes) . o que veio a atrasar o processo. -----*

*Neste momento este ponto resulta da sequência da deliberação de 05 de julho 2021, em que a maioria decidiu prorrogar por mais um ano, o âmbito temporal das Medidas Preventivas do Plano de Pormenor das Avenidas -----*

*Chegado o parecer da CCDRLVT, Estamos perante formalidade decorrente de decisões anteriores, em relação às quais foram manifestadas as preocupações. -----*

*No início do processo o voto foi favorável pela importância já descrita anteriormente e continua a considerar-se ser relevante para a atração de investimento e criação d e emprego. Não*



Assembleia Municipal de Tomar

podemos concordar com os procedimentos e a forma como o processo foi conduzido. -----  
Pelos motivos invocados, o Grupo Municipal do PSD vota contra na presente votação! -----  
**O Grupo Municipal do PSD”** -----  
--- Entrando no **Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos Tomar** conhecimento – Deliberação de Câmara tomada em reunião de 26/04/2021, sobre o **“Estudo de viabilidade económica e financeira atualizado da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. – comunicação ao tribunal de Contas”**, ao abrigo da alínea a), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----  
--- O senhor presidente da Assembleia Municipal declarou a tomada de conhecimento pela Assembleia Municipal, do referido documento. -----  
--- Entrando no **Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos - Tomar** conhecimento – Deliberação de Câmara tomada em reunião de 19/07/2021, sobre o **“Relatório de Atividades e Contas de 2020 da Escola Profissional de Tomar”**, ao abrigo da alínea a), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----  
--- O senhor presidente da Assembleia Municipal declarou a tomada de conhecimento pela Assembleia Municipal, do referido documento. -----  
--- Entrando no **Ponto Seis e Sete da Ordem de Trabalhos “Apreciação da Informação Escrita a apresentar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar”**, ao abrigo da alínea c), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e **“Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia”**, ao abrigo da alínea k), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: senhora presidente da Câmara Municipal; Luis António Antunes Francisco, do Partido Social Democrata. -----  
--- As Deliberações tomadas nesta sessão foram aprovadas em minuta. -----  
--- Nada mais havendo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais foi lavrada a presente ata que, depois de lida, vai ser assinada por mim, Maria de Fátima R. da Costa Graça Duarte, Primeira Secretária, que a redigi e pelo Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

José Manuel Fortunato Pereira

A Primeira Secretária

Maria de Fátima R. da Costa Graça Duarte

Gilda da Silva Oliveira Gândara